

Informativo da Greve Nacional

Número 23

Brasília, 19 de maio de 1994

Presentes no CNG:

Diretoria: Hilbert, Rogério, Silvana e Marroni (Executiva), Afonso (DN).

Pela Base: Nádia e Carlos (SINTUFRJ), Jumair e J. Antônio (SINTFUB), Walter (SISTA-MS), Rosângela (SINTEST-RS/UFMS), Thereza, Zé Luiz Santos e Cleiton (SINTUFF), Glades (SINTUF-MT), Cosme, Bonifácio e Vania (SIND-IFES/BH), José Geraldo (SINTEST-AC), Joana (SINTEST-Uber), Pádua (ASAV), Afonso (ASSURGS), Joaquim (SINTUFFPa), Liana (SINTUFES), Anchieta (SINTEST-RN), Nelson (SINTEST-PR), Antonio (SINTEST/RS), Eduardo e Tertuliano (SINT-UFG), Waldemiro (ASSUFBA-SIND), Augusto (SINTESTPB), Antonio (SINTFSCAR), Adison (SINTESEAM) e Marcos (SINTESEAL).

GT-Carreira: Hilbert, Zé Luiz Sanz, Lobão e Pádua.

1) INFORMES DA BASE:

SISTA: AG 18/05 com 800 participantes. Índice de 99% de paralisação. Aprovando continuidade da greve. CLG manteve audiência com o reitor, onde o mesmo comprometeu-se enviar documento ao MEC apoiando o movimento, sobre punição, afirmou que só responde ao MEC e como até agora nada lhe foi passado, não tem intenção de punir ou de cortar o ponto. O CLG, em conjunto com os docentes, organizam uma manhã "A UFMS Vai à Praça", tendo como atividades apresentação de vídeos, painéis, medição de pressão arterial, palestras e exposição mostrando o que é a UFMS, bem como apresentação do Coral da UFMS.

SINTEST-AC: AG 19/05, mesmo com a greve dos motoristas e cobradores a base deu uma demonstração de força comparecendo assiduamente a assembléia. Reunião com o reitor para discussão e encaminhamento conforme orientação do CNG-FASUBRA.

SINTESEPB: AG 19/05 com a presença de 700 pessoas, reafirmando continuidade da greve. Atividade de greve do dia, palestra com o economista Rômulo Polari sobre o Plano Real. Próxima AG dia 23/05, às 10h, no Centro de Vivência.

ASSUFBA: Ag 16/05 com a presença de 300 pessoas, reafirmando a continuidade da greve. Ato dia 17/05 com fechamento dos portões do Campus Universitário e distribuição de carta aberta aos professores, com cobertura da imprensa. AG 18/05 com a presença de 217 pessoas, com debate entre os candidatos a reitor. Próxima AG dia 20/05 onde acontecerá um show início na porta da reitoria, fora do campus, com a participação de parlamentares federais.

SINSEAL: AG do dia 19/05 com a presença dos companheiros do INSS, deliberando pela continuidade da greve. Próxima AG dia 24/05, às 08h.

SINTEST-RS/SM: Mobilização com 85% da categoria. No dia 19/05 participaram da tribuna livre da câmara de vereadores. A greve tem estado em divulgação nos meios de comunicação. Tem sido divulgado pela RBS TV a "Vitória", que alguns parlamentares gaúcho liderados pelo Sr. Marco Peixoto da bancada do PPR, a conquista junto ao MEC do remanejamento de vagas do INAMPS para o HUSM, fato este que há muito vem sendo da viabilidade do movimento. A notícia ganha forças diante da viabilização do funcionamento do Centro de Transplante de Medula Óssea.

SINTUFES: O Ato Público "A UFMS VAI À PRAÇA" foi realizado com grande êxito, confirmando todas as atividades previstas.

02) INFORMES NACIONAIS:

A) REUNIÃO DA ISONOMIA: Ontem, 19.05, concluíram as discussões com a SAF quanto aos custos da implantação da 1ª etapa da proposta de Isonomia. Pela manhã, após a reunião entre a SAF/EMFA/SOF-SEPLAN/STN-MF, os representantes da área econômica alegando a necessidade de realizarem seus cálculos cancelaram a reunião prevista para as 17h, com os representantes do movimento. No início da noite no encerramento dos trabalhos, acertamos os seguintes encaminhamentos para conclusão dos trabalhos dessa primeira fase: a) O Sr. Wilsom Calvo fará contatos com os demais membros da Comissão visando colher as eventuais sugestões para a conclusão da minuta de Relatório da Comissão; b) Após o retorno dos demais representantes, reuniremos para concluir o Relatório da Comissão; c) Os representantes do movimento encaminharão à SAF, e ao Presidente Itamar documento explicitando os fundamentos de nossas propostas de ações e de prazos, bem como nossas avaliações sobre a questão dos custos para a implantação da isonomia; d) Após a conclusão do relatório, em audiência com o Ministro Canhin acertaremos os encaminhamentos finais; e) Concluída a minuta, será convocada, por solicitação nossa, uma reunião da Comissão, para a qual solicitamos o registro de ata formal, para assinatura do relatório e decisões finais; f) Após a reunião final da Comissão, solicitamos que seja realizada uma reunião com o Presidente Itamar para entrega do Projeto; g) Durante o dia de hoje, manteremos contato permanente com a SAF para recebermos as contribuições que forem enviadas e continuarmos os trabalhos de conclusão da minuta do Relatório. Estaremos enviando para as entidades, tão logo seja concluído o Relatório Final da Comissão, nas audiências com a SAF, e com o Presidente Itamar, tem com objetivo a definição dos prazos para implementação das ações. O Sr. Wilsom Calvo retornará hoje (20.05) a nova data para reunião com a área econômica.

B) DPC: O GT DPC se reuniu com o objetivo de analisar o substitutivo da relatora e os ajustes necessários na proposta original. Chegamos a uma relação que recupera, em parte, o conteúdo da proposta original da FASUBRA, possibilitando a manutenção da carreira já aprovada nos fóruns da Federação. A proposta foi aprovada pelo CNUG, por maioria absoluta, com voto contrário apenas, e já esperado, da CONDESEF. A reunião na SAF com a Deputada Maria Laura foi adiada, a pedido dela, para sexta-feira às 11h, onde se pretende fechar o texto substitutivo para que a Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados vote a proposta na sessão do dia 05 próximo.

C) CARAVANAS: No dia de hoje, 19/05, o CNG-FASUBRA recebeu caravanas das cidades de Goiânia, Belo Horizonte, Uberlândia e funcionários da UNB nas quais participaram das manifestações, tanto na frente do edifício do

MEC como o da SAF, com uma média de 250 pessoas. A FASUBRA mais uma vez marca presença nas negociações, não só com seus interlocutores, bem como, com a sua base tendo em vista o dia de negociações na SAF.

D) CONGRESSO: A MP 482 foi votada à 01 da madrugada do dia 19/05 quando o projeto foi aprovado sem nenhuma emenda proposta ou referendada pelo movimento sindical. Votaram comprometidos com o governo 281 deputados contra 76 deputados e 02 senadores. Segue pelo correio relação dos parlamentares por estado com seus respectivos votos. Solicitamos denúncia na base dos parlamentares que votaram a favor da Medida Provisória e contra as emendas apresentadas pelo movimento sindical.

E) CNUG: O Comando Unificado dos SPFs - CNUG, reunido na noite do dia 19/05, após avaliar os últimos acontecimentos e as informações divulgadas pela imprensa, deliberou por unanimidade pela CONTINUIDADE E FORTALECIMENTO DA GREVE. Devemos continuar mantendo nossa pressão e sermos ofensivos nesse momento em que disputa-se, na relação com o Governo, a adoção imediata de iniciativas que, a partir da conclusão dos trabalhos da Comissão de Isonomia, objetivam a unificação das tabelas I e II com transposição de todos os servidores da tabela II para I; a extensão da diferença percentual de 28,86% a todos que não a possuem, e a unificação das gratificações no percentual de 170%. Somente com a manutenção de nossa unidade e a força de nossa greve conquistaremos nossas reivindicações. Amanhã, o CNUG se reunirá para fazer uma avaliação completa da conjuntura.

Neste sentido, o CNUG estará no dia 20/05 desenvolvendo as seguintes ações:

1) Ação junto a CUT, com intervenção no V CONCURTO e contactando o companheiro Jair Meneguelli e demais membros da executiva para que intercedam junto ao governo no sentido de que o mesmo mantenha o processo de negociação em curso, com o atendimento de nossas reivindicações e para que suspenda as punições anunciadas; 2) Consulta as Assessorias Jurídicas das entidades para que essas levantem todas as informações quanto a decisão do STF e forneçam subsídios para ação das entidades; 3) ação junto aos parlamentares para que os mesmos intercedam juntos ao governo pelo atendimento de nossas reivindicações e suspensão das punições; 4) ação junto às organizações internacionais no sentido de que as mesmas se manifestem favoravelmente ao direito constitucional de greve dos SPF, e contrariamente às entidades de cerceamento que querem lhe impor, em desrespeito às normas internacionais, ratificadas pelo Brasil; 5) ação junto a mídia expondo nossas propostas e nos posicionando contrariamente às punições ao movimento; 6) ação junto às diversas áreas do governo no sentido de estabelecermos uma correlação de forças favorável ao atendimento de nossas reivindicações; 7) concluir os trabalhos do movimento para redação final da minuta de Relatório da Comissão de Isonomia e continuar mantendo a pressão junto ao governo para que os demais membros da comissão apresentem imediatamente seus posicionamentos e eventuais propostas de alterações, para conclusão dos trabalhos dessa fase; 8) reunião na SAF às 11h sobre DPC, com participação da SAF/ GT-DPC da CNESPF/ Parlamentar Relatora.

F) MEC: Em audiência no dia de hoje, 19/05, fomos informados que o MEC entrou em contato com a SAF, na pessoa do Sr. WILSON CALVO, sendo comunicado que a SAF não trabalha com qualquer possibilidade de alteração nas malhas salariais tanto de docentes como Técnicos-Administrativos. Esse ato conjunto entre MEC e SAF só poderá ocorrer após a edição da M.P da Isonomia que esta ainda em negociações e no prazo que a MP estabelecer para implantação da malha isonomica. Diante dessa negativa da SAF, o Chefe do Gabinete da SESU, colocou duas alternativas para encaminhamento da proposta: a) Aguardar a volta do Ministro para que este intervenha a nível de Ministro da SAF viabilizando as nossas reivindicações; b) alterar a portaria 475/87 (PUCRCE) sem alteração da malha salarial. Voltou afirmar que a nossa proposta é tecnicamente perfeita e politicamente correta para corrigir as distorções geradas pelos Agentes de Portarias e que o MEC a defende. Deixou claro que a primeira alternativa significaria um ato conjunto entre o MEC e SAF e que a segunda alternativa é de competência exclusiva do MEC sendo que o mesmo mantém o acordo de altera-la imediatamente. Isso significa que não haveria tabela de conversão, conforme proposto. Diante das alternativas, solicitamos tempo para reavaliar e discutir as implicações técnicas e políticas dessas variáveis para que pudéssemos apresentar uma posição final. Imediatamente colocamos os seguintes pontos ainda relacionados com hierarquização: 1) contagem de tempo de serviço público para todos os efeitos, artigo 100 do RJU e, 2) questão das 03 (três) referências derivadas do processo de reposicionamento da lei número 8.627, de 19/02/93. Sobre esse dois pontos cobramos a necessidade de um posicionamento oficial do MEC para que os Reitores procedam os ajuste necessários antes da rehierarquização que estamos viabilizando. O MEC concordou com os dois pontos e emitirá documento orientativo à ANDIFES, na próxima segunda-feira. Cobramos respostas imediatas para os demais pontos da pauta: a) Vale Alimentação para 30 horas; B) Precatórios; C) Vagas para os HU's. O MEC respondeu: a) A M.P modificou o quadro de discussão e o acordo que está em vigor entre a FENAPS e o Ministério da Previdência facilitam a discussão da matéria e que a posição final será do Ministro do MEC e que até a próxima segunda-feira teremos uma resposta; B) Também teremos resposta somente na segunda-feira; C) O Ministro do MEC enviou aviso ministerial a SAF solicitando as 19.000 vagas do extinto INAMPS. O Chefe do Gabinete informou no entanto, que existe uma disputa muito acirrada por essas vagas, e que no curto prazo não a possibilidade de afirmar se essas vagas serão mesmas do MEC - IFES.

AVALIAÇÃO

Iniciamos nossa greve com a certeza de que nosso movimento enfrentaria um duro embate. De um lado, a resistência dos trabalhadores, de outro os ataques das elites que combinavam a Revisão Constitucional e o Plano Econômico de FHC, com objetivos claros de suprimir direitos, e mais uma vez, impor seu custo via arrocho salarial.

Infelizmente a luta geral da classe trabalhadora não se viabilizou de forma unitária para impedir a aprovação da MP 482, nem mesmo, para nela incluir emendas que visavam a recuperação das perdas salariais. De outro lado, nossa luta ainda que não repetindo a grande greve de 93 superou os ataques iniciais e nesse momento após trinta dias, conseguiu estabelecer possibilidades concretas de avançarmos no campo de uma das mais antigas reivindicações de nossa categoria, a Isonomia Salarial, e através dela, não só obtermos

promoverá uma alteração qualitativa do ponto de vista da Isonomia, nivelando a nível geral os salários do Poder Executivo aos do Poder Judiciário e aos do Ministério Público.

Nesse momento em que se afunilam o fechamento das negociações da greve, o governo em conlúio com as forças reacionárias e inescrupulosas do Supremo Tribunal Federal, voltam a ofensiva com repressão ao legítimo direito de greve. O quadro de imoralidades e atropelamento da ordem constitucional se sucedem, a cada dia, na vida de nossa nação. Um dia é tropa nas ruas, no outro é cassação dos direitos sindicais dos servidores públicos. Ao mesmo tempo, os anões do orçamento, na sua grande maioria, são inocentados e seus crimes continuam impunes.

Não é possível nos curvarmos e recuarmos frente a esse quadro de imoralidade e autoritarismo. Não podemos permitir que um governo de sobreviventes, com os dias contados, derrote nossa luta por justas reivindicações. Nossa entidade, a FASUBRA-SINDICAL, forjou-se na luta contra a ditadura militar, pelas diretas já, e realizamos nossas primeiras greves num contexto onde sequer se pensava em consignar-se o direito de sindicalização e de greve aos servidores públicos. Não será um governo de derrotados que irá nos fazer recuar.

A decisão do STF, se corresponder ao que foi plantado na imprensa, não tem nenhum embasamento técnico frente aos dispositivos constitucionais que consagraram a cidadania plena dos servidores públicos. As ameaças daí derivadas deixam claro a fraqueza política desse governo, incapaz de lidar com os conflitos inerentes às relações sociais próprias do regime democrático.

Nossa avaliação é de que o governo espera colocar o movimento na defensiva, para com isso baixar um pacote sobre a Isonomia afirmando que atendeu nossas reivindicações, rebaixando ao máximo as possibilidades de termos ganhos econômicos imediatos, tão necessários frente ao arrocho ao qual estamos submetidos.

Assim, percebendo mais essa manobra, por unanimidade, tanto o Comando Nacional Unificado da Greve dos SPF - CNUG -, como também o CNG-FASUBRA/SINDICAL entendem que é absolutamente necessário a manutenção e uma contra-ofensiva contundente de nossa greve. Esse posicionamento é, com certeza, a resposta a esta vergonhosa apelação autoritária do governo e seus comparsas. Nos contrapormos à ofensiva autoritária do governo, significa vencermos essa batalha.

*SE LUTAR A VIDA VAI MELHORAR!
O PIOR "CORTE" É O DA NOSSA DIGNIDADE!*

Neste sentido, o CNG orienta:

- a) CONTINUIDADE DA GREVE;
- b) Contra ofensiva na mídia com matérias pagas na TV, jornais, rádios, etc., denunciando como autoritárias a posição do governo e do STF, e esclarecendo à população as nossas reivindicações;
- c) Que os CLG's intervenham junto às autoridades universitárias (Reitor, Diretores, etc.) no sentido de arrancar o compromisso de contra-posição a escalada autoritária em curso, e em defesa do direito de greve;
- d) Que os CLG's busquem o apoio da OAB, Assembléias Legislativas, Câmaras Municipais, Executivos Municipais e Estaduais no sentido da garantia constitucional do direito de greve;
- e) Pressão nos parlamentares federais para que os mesmos intercedam junto ao Governo pelo atendimento de nossas reivindicações e pela garantia constitucional do direito de greve;
- f) Realização de AG's 2ªF, 23.05, para preparar manifestações públicas, atos, etc denunciando essas arbitrariedades;
- g) Que os CLG's preparem-se para um possível envio de caravanas a Brasília na próxima semana;
- h) Que os CLG's comuniquem ao CNG as ações implementadas e seus resultados;
- i) As entidades que ainda não pagaram o fundo de greve devem fazê-lo urgentemente;
- j) As entidades que não estão representadas no CNG devem eleger delegados e os enviarem imediatamente.

**A GREVE É PRÁ VALER!
A FASUBRA É NOSSA !
CNG-FASUBRA/SINDICAL**